Rússia

Avanços e desafios nas negociações

Rinaldo Junqueira de Barros*

UMA REUNIÃO de caráter estratégico aconteceu em Brasília, no dia 20 de fevereiro de 2013, presidida pelo vice-presidente do Brasil, Michel Temer, e pelo primeiro-ministro da Rússia, Dmitry Medvedev. Temas de interesse do agronegócio foram discutidos neste encontro da Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN). A 2ª Reunião do Comitê Agrícola Brasil-Rússia, que antecedeu e subsidiou este relevante encontro bilateral, foi realizada nos dias 18 e 19 de fevereiro.

A reunião da CAN, da qual também participaram o ministro da Agricultura da Rússia e o seu chefe do Serviço Veterinário e Fitossanitário, foi oportuna para:

- reiterar os esforços dos dois governos em estreitar e fortalecer a cooperação entre os países;
- ampliar o leque de investimentos; e
- fomentar o comércio entre Brasil e Rússia.

A pauta do comércio bilateral abordou temas de interesse do agronegócio, consagrando a Agricultura como área sensível e de grande importância para os dois lados. Em 2012, 90% do total exportado pelo Brasil à Rússia foram de produtos agrícolas, enquanto, no sentido inverso, 60% das importações brasileiras foram de fertilizantes, insumo básico para a agricultura.

As resoluções aprovadas atenderam as expectativas dos dois países. Por exemplo, uma antiga reivindicação russa, as exigências técnicas para o trigo ser exportado ao Brasil, foi atendida. Outro exemplo: foi atualizado o sistema de certificação da soja e de seus produtos derivados, atendendo a demanda dos sojicultores brasileiros.

Além de temas relacionados com defesa agropecuária, comércio e investimentos, o Comitê Agrícola Brasil-Rússia explorou também as perspectivas de cooperação entre os dois países nas áreas de pesquisa agrícola e cooperativismo.

Os encontros de fevereiro foram palco de discussões de temas sensíveis. Apesar de o serviço veterinário russo ter reconhecido, em novembro de 2012, que os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso estão nas mesmas condições sanitárias dos demais estados que exportam para a Rússia, em todas as discussões bilaterais realizadas, a parte brasileira lembrou que se completaram vinte meses sem que um único estabelecimento nestes três estados tenha sido habilitado à exportação. As autoridades russas responderam positivamente, apresentando um programa de liberação dos frigoríficos localizados nestes estados. A partir de março, o Serviço Federal russo iniciou o processo de revogação das restrições temporárias aplicadas em 2011, e os primeiros estabelecimentos voltaram a obter permissão de exportação para a Rússia.

Avanços nas parcerias e no relacionamento bilateral foram reconhecidos. O Brasil foi o primeiro grande exportador a se adequar imediatamente às exigências russas em proibir a importação de carne suína derivada de animais que foram alimentados com promotores de crescimento. Observando as recomendações do Comitê Científico da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), que manteve o Brasil na categoria de país de risco insignificante para a BSE, a Rússia não acompanhou outros importadores de carne bovina, aceitando e reconhecendo que o Serviço Veterinário brasileiro mantém controles adequados.

Atendendo um pedido do Brasil, a Rússia prorrogou a vigência dos modelos de Certificados Sanitários, evitando a interrupção das exportações de carnes e produtos de origem animal, considerando que os novos Certificados Veterinários uniformizados aprovados pela União Aduaneira (formada pela República de Belarus, República do Cazaquistão e pela Federação Russa) passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013. Adicionalmente, formulários de Certificados Veterinários uniformizados foram colocados em consulta pública, com o objetivo de observar as obrigações do Acordo SPS, prevalecendo os padrões do Codex Alimentarius, da OIE e da IPPC. A harmonização dos sistemas de controle sanitário e fitossanitário consolida-se como um novo desafio.

Os desafios para o Brasil exportar para a Rússia e seus parceiros da União Aduaneira são muitos. Ainda assim, os cenários indicam que é possível:

- ampliar a pauta de produtos brasileiros, facilitada pela revisão dos certificados sanitários;
- dar velocidade ao processo de habilitação de novos estabelecimentos, motivada pela proposta negociada em Brasília; e
- consolidar as parcerias, com maior participação dos exportadores e do Governo em feiras e eventos importantes para o mercado dos três países.

Bons resultados para o agronegócio brasileiro dependem da atenção na execução e cumprimento das obrigações, para assegurar e manter o acesso ao mercado de alimentos da União Aduaneira, como a qualquer outro país ou bloco. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

*Adido agrícola na Embaixada do Brasil em Moscou